

Eduardo de Freitas

# Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970

*A formação social portuguesa acusou, no período de 1930 a 1970, profundas alterações no que respeita às situações de classe dos agentes sociais. Essas transformações, aqui examinadas apenas ao nível económico, resultaram da consolidação e desenvolvimento do capitalismo e dos efeitos da progressiva dominação capitalista sobre as formas de produção pré-capitalistas, cuja importância tem aliás vindo a diminuir significativamente. Burguesia e proletariado foram-se, deste modo, progressivamente consolidando como classes sociais claramente demarcadas e de sinal oposto, assistindo-se assim a uma crescente e acentuada polarização das relações sociais. Simultaneamente, porém, verificou-se o empolamento de um outro grupo de agentes sociais — fracção da pequena burguesia —, aparentemente favorecido pela forma especial do percurso seguido pelo capitalismo no seu processo de consolidação e expansão.*

A análise integral da estrutura de classes de uma sociedade global supõe realizadas múltiplas abordagens parcelares incidentes sobre planos ou secções específicas constituintes do todo social, abordagens essas perspectivadas segundo um dado referencial teórico comum.

É precisamente para um destes estudos que o presente texto visa contribuir: carregam-se ordenadamente elementos conceptuais e empíricos virados para o deslindamento do fenómeno da polarização das relações sociais e o sistema social global escolhido é o que a formação social portuguesa constitui no período compreendido entre os anos de 1930 e 1970.

A implantação e a consolidação de um determinado modo de produção no interior de uma formação social produzem efeitos em vários campos, um dos quais é, iniludivelmente, o definido pelas relações ou práticas sociais. Designa-se aqui por *campo das relações ou práticas sociais* a malha de situações e posições de classe na qual os agentes sociais — os homens — se inscrevem por força de determinações referenciáveis ao nível das estruturas. Por outras palavras, a matriz estrutural específica do modo de produção dominante reflecte no campo das relações sociais uma característica organização social que se traduz num certo alinhamento dos agentes sociais por classes, camadas e estratos sociais. Por *polarização das relações sociais* entende-se o processo de contra-

no interior de uma população, primordialmente entre grupos homogêneos de agentes sociais com distintos e opostos lugares no processo de produção.

A análise de que aqui damos conta assume a directriz diacrónica: pretende-se mostrar — postuladas as efectivas transformações, produzidas no curso do período em referência, ao nível das estruturas (económica, política, ideológica, etc.) — alguns dos principais efeitos que, no domínio das relações sociais, tais transformações foram tecendo. Situar-nos-emos predominantemente no plano dos particulares efeitos referíveis à estrutura do económico, o que quer dizer que explicitaremos apenas, adentro da malha das relações sociais, as coordenadas configuradoras das respectivas situações de classe dos diversos grupos de agentes sociais.

Vários esquemas dicotómicos podem ser elaborados sempre conducentes à partição do conjunto de agentes sociais em dois subconjuntos ou blocos, como sejam, por exemplo, os seguintes: «ricos/pobres», «proprietários/não proprietários», «empregadores/assalariados», «assalariados/não assalariados». Destes esquemas, o primeiro releva do senso comum, sendo, portanto, inoperante enquanto instrumento de análise, constituindo os restantes, devidamente manipulados e conjugados com certos vectores de ordem teórica, materiais operatórios capazes de permitir um primeiro passo no trabalho de alinhamento dos agentes sociais por conjuntos homogêneos. Por razões que irão sendo aduzidas no espaço deste texto, escolheu-se o último esquema dicotómico, «*assalariados/não assalariados*», para iniciar o tratamento sistemático da informação estatística útil disponível<sup>1</sup>, em ordem ao objectivo proposto, que é o de descrever e contribuir para o conhecimento do fenómeno da polarização social.

1. A leitura do quadro n.º 1<sup>2</sup>, respeitante à distribuição por dois grandes blocos do conjunto dos «activos com profissão», fornece já uma certa imagem do sentido e do sinal do movimento de polarização.

Os efectivos dos agentes sociais activos em 1930 distribuem-se de modo sensivelmente igual pelos dois blocos (mais precisamente, era de 48,1 % o peso relativo dos assalariados<sup>3</sup> e de 51,9 % o dos não assalariados) e, volvidos quatro decénios, apenas cerca de uma quarta parte (25,3 %) da população activa está adstrita ao

<sup>1</sup> A informação estatística à mão mostra-se a vários títulos insuficiente. Não só os critérios principais de agregação dos grupos foram variando sensivelmente ao longo do período a que nos reportamos, como também é notória a despreocupação em arrumar os dados em função de vectores de conteúdo sociológico. Mesmo assim, procurámos, tanto quanto possível, descortinar para além da leitura imediata (ideológica) para a qual censos e inquéritos remetem o leitor. Que se leiam os números com o favor a que obrigam, para que deste modo possam merecer aquilo a que (talvez) aludam!

<sup>2</sup> Os dados que os quadros insertos neste texto referem têm como fonte os Recenseamentos Gerais da População dos anos de 1930, 1940, 1950, 1960 e 1970 (neste caso, a estimativa a 20 %). Sempre que a fonte seja outra, será indicada junto ao quadro respectivo.

<sup>3</sup> O termo *assalariados* é neste texto tomado no sentido que geralmente os censos atribuem a «trabalhadores por conta de outrem».

bloco dos não assalariados, estando, assim, as restantes três quartas partes (74,7 %) incluídas no bloco dos assalariados.

Assistiu-se, portanto, ao empolamento deste último grupo a expensas do primeiro, o que permite, no plano de conjunto da sociedade, destacar um aspecto da polarização entre, por um lado, assalariados e, por outro, patrões, isolados, não remunerados (trabalhadores familiares) e outros não especificados.

Para uma melhor transparentização do que se passou no âmbito da temporalidade escolhida no concernente ao fenómeno da polarização, e na medida em que a forma «salariato» possui, pelo

**Evolução dos efectivos e da proporção de assalariados e de não assalariados no total da população activa com profissão no período de 1930 a 1970**

QUADRO N.º 1

Anos	Assalariados		Não assalariados		Total
	Número (em milhares)	Percentagem	Número (em milhares)	Percentagem	
1930	1569,9	48,1	1697,6	51,9	3267,5 (a)
1940	1565,8	53,6	1354,4	46,3	2920,2
1950	2295,3	72,3	879,7	27,7	3175,0
1960	2453,2	73,9	862,4	26,0	3315,6
1970	2363,9	74,7	799,9	25,3	3163,9

(a) Torna-se evidente que este volume de população activa com profissão está sobreavaliado se o compararmos com os volumes da mesma população indicados para os anos seguintes referidos. Visto termos empregue o mesmo critério (ou critérios tão aproximados quanto possível) para o ano de 1930 e para os restantes anos, optámos por operar, em relação àquele ano, na base do conjunto dessa maneira circunscrito. Assim, considerámos para determinação desse volume de activos da «população activa» todos os «grupos profissionais» mencionados no respectivo censo, com excepção dos que se seguem: «pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos», «serviços domésticos», «criados e criadas» e «indivíduos definitivamente sem ocupação».

menos, uma aparente homogeneidade, convém percorrer as estatísticas, ensaiando a desagregação do bloco dos não assalariados por rubricas características, no caso vertente, por «situações na profissão» (ver quadro n.º 2).

A redução absoluta em cerca de metade dos contingentes de não assalariados<sup>4</sup> provém principalmente da quebra registada no grupo de patrões e no de não remunerados. Salienta-se que, do

<sup>4</sup> Um dos grupos dos não assalariados, o dos «outros n. e.», é meramente residual. Apenas em 1940 os seus efectivos tomam um certo peso. Com efeito, com um volume de activos de cerca de meio milhão de indivíduos, surge naquele ano recensada uma situação na profissão dita «ignorada». Os seus contingentes distribuem-se, grosso modo, da maneira seguinte: 39 % na «agricultura e pesca», 15 % nas «actividades industriais», 29 % nos «serviços» e os restantes 17 % nas «actividades ignoradas ou mal definidas». Uma parcela deste grupo de «ignorados» deveria pertencer ao subproletariado, camada social participante intermitente no processo de produção e produto dos caboucos de uma sociedade a apontar para a industrialização. Deste ponto de vista devem ser significativos os 17 % (perto de 90 milhares de indivíduos) dos «ignorados» das actividades indefinidas.

**Evolução dos efectivos e da proporção das situações na profissão do bloco dos não assalariados no total da população activa com profissão entre 1930 e 1970**

QUADRO N.º 2

Anos	Patrões		Isolados		Não remunerados		Outros n. e.	
	Número (em milhares)	Percentagem						
1930	644,3 (a)	19,7 (a)	—	—	1053,3	32,2	—	—
1940	336,6	11,5	290,1	9,9	202,1	6,9	525,6	18,0
1950	241,6	7,6	438,9	13,8	199,2	6,3	—	—
1960	193,2	6,0	436,7	13,2	205,8	6,2	26,8	0,8
1970	37,2	2,3	582,8	18,4	128,9	4,1	15,1	0,5

(a) Inclui os isolados, pois corresponde à designação genérica expressa no respectivo censo de «por conta própria».

milhão e pouco mais de não remunerados computados em 1930, 620,7 milhares (58,9 %) foram recenseados como adstritos a um sector que abarca os «trabalhos agrícolas» e a «pesca e caça», o que reflecte a realidade de então de uma agricultura «tradicional» de cunho acentuadamente familiar (potencial reservatório amplo de força de trabalho). Por outro lado, dos restantes não remunerados (432,6 milhares) sobressaem de grupos profissionais a coberto de «indústrias» 211,8 milhares, volume este que, conjugado com o volume de assalariados industriais, 366,3 milhares, constitui um indicador da importância da forma artesanal do sector industrial (cerca de 0,6 não remunerados para 1 assalariado). Por outras palavras, em 1930 seriam ainda pouco marcantes ou dominantes as relações de produção de vinco capitalista, tanto na agricultura como na indústria. De então para cá assiste-se à implantação e consolidação do modo de produção capitalista<sup>6</sup>, o que vai provocar uma migração de trabalhadores não remunerados para áreas produtivas onde a assalarição é inevitável.

Por outro lado, em conjunto, patrões e isolados têm mantido uma certa estabilidade nos seus cálculos globais. Todavia, em separado, regista-se uma notável quebra dos contingentes afectos à situação de patrões (de 11,5 % do total dos activos em 1940, o seu total restringe-se a 2,3 % em 1970) e uma tendência de crescimento dos quantitativos de isolados (9,9 % em 1940 e 18,4 % em 1970).

A diminuição dos contingentes de patrões pode ter a sua explicação no plano da crescente concentração do capital indus-

<sup>6</sup> Parece pacífico admitir-se que é já no século xx, sobretudo com o regime oriundo do golpe militar de 28 de Maio de 1926, que o modo de produção capitalista se instala definitivamente em Portugal, através do chamado «processo de industrialização».

trial, comercial e financeiro, inscrevendo-se assim adentro da lógica bem conhecida da consolidação do modo de produção capitalista. O aumento do número de isolados pode entender-se, por um lado, no quadro da formação de uma pequena burguesia comercial a reboque de um processo de urbanização que, em certas zonas, predominantemente as «quase urbanas», assume formas «tradicionais» quanto à produção de equipamentos urbanos comerciais e, por outro lado, no quadro da constituição de uma pequena burguesia agrícola surgida com o algum retorno do fluxo emigratório externo verificado, isto sobretudo no período abrangido pela década de 1960-70. Poder-se-á ainda supor, e a hipótese é bem legítima, que um volume considerável de isolados em 1960 e 1970 são ex-pequenos patrões que perderam os poucos assalariados que tinham ao seu serviço por força de atracção provida da emigração interna (urbanização, industrialização) e externa <sup>6</sup>.

2. Uma análise por grandes sectores parece deixar entrever a polarização sob um outro ângulo, que, conjugado com o anterior, permite uma visualização mais rica de significados.

A agricultura é o principal sector em declínio absoluto. Trata-se de um fenómeno que data de há várias décadas e está em relação com o progressivo incremento da industrialização desenvolvida no quadro da implantação do sistema capitalista nacional e, no respeitante à última década, de 1960-70, também com a emigração para a Europa central <sup>7</sup>. Assim, se em 1930 e em 1940 a percentagem de activos na agricultura, no total da população activa com

<sup>6</sup> Uma leitura dos elementos estatísticos referentes aos anos de 1950, 1960 e 1970 (relativamente a 1930 e a 1940, o entrecruzado de indicadores e respectivas agregações torna impossível idêntica leitura) mostra que cerca de 3/4 partes dos efectivos de isolados são ou «comerciantes e vendedores» ou «agricultores, pescadores, etc.». De algum modo em abono da argumentação acima expressa quanto ao aumento do número de isolados, faz-se notar o empolamento em números absolutos dos isolados «comerciantes, etc.» e dos «agricultores, etc.» e a tendência, embora fraca, de crescimento relativo de cada um destes dois grupos profissionais no total dos activos com profissão e do grupo dos «comerciantes, etc.» no total dos isolados.

Evolução dos efectivos de isolados «comerciantes, etc.» e «agricultores, etc.» em números absolutos e em percentagem no total dos isolados e dos activos com profissão, nos anos de 1950, 1960 e 1970

Grupos profissionais	Anos	Número (em milhares)	Percentagem no total de isolados	Percentagem no total de activos
Comerciantes, etc. ... ..	1950	61,4	14,0	1,9
	1960	58,6	13,4	1,8
	1970	87,0	14,6	2,6
Agricultores, etc. ... ..	1950	292,9	66,7	9,2
	1960	298,4	68,6	9,0
	1970	359,4	60,4	10,9

<sup>7</sup> Prende-se esta emigração com o desenvolvimento do sistema capitalista à escala internacional.

profissão, era de pelo menos 50 %<sup>8</sup>, de então para cá, essa percentagem foi baixando, cifrando-se em 1970 em torno dos 30 %. Em contrapartida, no sector das indústrias verifica-se a existência de um número cada vez maior de activos: cerca de um quinto (20,5 %) do total em 1930 e cerca de um terço (32,3 %) em 1970. O sector «terciário» regista, sobretudo a partir de 1950, um empolamento de activos.

Interessa-nos sobremaneira analisar estas variações absolutas e relativas de activos no âmbito de uma ventilação actuada através do indicador «situação na profissão».

Relativamente ao bloco dos assalariados, que em cima (p. 496) vimos ter aumentado consideravelmente os seus efectivos, tal facto prende-se sobretudo com a migração desta população de activos da agricultura para os outros dois sectores. Com efeito, se, em 1930, cerca de metade (54,5 %) dos assalariados estavam na agricultura, distribuindo-se a restante metade por partes sensivelmente iguais pelos outros dois sectores, já em 1970, apenas cerca de um quinto (21,6 %) do total dos assalariados continuavam na agricultura, dividindo-se os restantes, também em partes mais ou menos iguais, pelos outros dois sectores (ver quadro n.º 3).

Evolução, em percentagem, da distribuição da população assalariada por grandes sectores no período de 1930 a 1970

QUADRO N.º 3

Sectores	1930	1940	1950	1960	1970
Agricultura ... ..	54,5	40,3	41,4	35,8	21,6
Indústria ... ..	23,5	26,9	28,8	34,4	39,0
Serviços ... ..	22,0	32,8	29,8	29,7	39,4

Em relação ao bloco dos não assalariados, convém delinear fundamentalmente a evolução sofrida pelas duas «situações na profissão» mais significativas: a de patrões e a de isolados.

Sobre os patrões, a notável baixa dos seus cômputos totais (ver p. 497) sobressai no sector da agricultura. Cerca de três quartas partes (72,2 %) do total dos patrões em 1930 estavam adstritos ao sector da agricultura e trinta anos volvidos apenas cerca de um quarto (25,3 %).

Por outro lado, os sectores da indústria e dos serviços foram abarcando cada vez mais grossas fatias do total dos patrões (ver quadro n.º 4).

A diminuição dos quantitativos de patrões aparece agora à luz do percurso de emigração do campo para as fábricas e para as cidades: pequenos patrões agrícolas em 1940 tomaram o caminho dos pólos de atracção que indústrias e centros urbanos constituem.

Acerca dos isolados e do aumento absoluto e relativo dos seus contingentes para cerca do dobro (ver p. 497), no período de 1940

<sup>8</sup> No princípio do século, em 1900, essa percentagem era de 62,5 %.

**Evolução, em percentagem, da distribuição da população de patrões  
por grandes sectores no período de 1940 a 1970**

**QUADRO N.º 4**

Sectores	1940	1950	1960	1970
Agricultura ... ..	72,2	58,8	41,3	25,3
Indústria ... ..	11,6	17,2	24,9	29,4
Serviços ... ..	16,2	24,0	33,8	45,2

a 1970, regista-se o crescimento absoluto dos seus cômputos (211,3 e 359,4 milhares de indivíduos, respectivamente em 1940 e 1970) no sector da agricultura, facto este que, conjugado com a enorme quebra de patrões e com a baixa dos efectivos assalariados, permite concluir que muitos activos que em 1940 se situavam na produção como patrões agrícolas, ao dar-se a rarefacção do mercado de força de trabalho, tenham «caído» na situação de isolados. Contudo, este aumento absoluto do número de isolados na agricultura não se traduz por um acréscimo relativo do mesmo sinal. Com efeito, os volumes de isolados agrícolas no total global dos isolados têm vindo a decrescer, e isto em virtude de os quantitativos de isolados na indústria e nos serviços terem tendido a aumentar, tanto em termos absolutos como relativos. É mesmo notável o crescimento relativo do número de isolados nos serviços, facto que supomos dever ser relacionado com o florescimento dos centros urbanos, particularmente no tocante à formação de equipamentos comerciais (ver quadro n.º 5).

**Evolução, em percentagem, da distribuição da população de isolados  
por grandes sectores no período de 1940 a 1970**

**QUADRO N.º 5**

Sectores	1940	1950	1960	1970
Agricultura ... ..	72,8	67,8	68,6	61,7
Indústria ... ..	12,1	13,9	12,8	11,6
Serviços ... ..	15,1	18,2	18,6	26,6

3. A polarização, de que temos vindo a dar conta, relativa ao conjunto de agentes sociais activos com profissão em dois blocos distintos — salariado/não salariado — efectuou-se com base em traços específicos de sinal divergente. No entanto, desta dicotomia ancorada na forma salário não se passa imediatamente para a delimitação de dois grupos homogéneos portadores de um estatuto de classe social, e isto na medida em que há parcelas destes dois grupos que não ocupam um mesmo lugar no processo de produção. Assim, os assalariados operários e os chamados empregados, isto é, os produtores directos e os trabalhadores de serviços *500 lato sensu*, ambos os grupos contidos no bloco dos assalariados,

situam-se em lugares não equivalentes no interior do processo de produção. Por outro lado, os empregadores, ou patrões, e os independentes, ou isolados, grupos estes insertos no bloco dos não assalariados, possuem características próprias, resultantes de também se acharem inscritos, no dito processo de produção, em lugares de natureza diversa.

Falámos da *aparente* homogeneidade da forma «salariato». Realmente, assalariado é o que vende a sua força de trabalho em troca de uma remuneração monetária numa situação em que não detém a propriedade dos meios de produção nem fica de posse do produto do seu trabalho, quer quando presta um serviço de natureza intelectual — um médico de caixa de previdência —, quer quando cumpre um serviço subalterno de vigilância — um porteiro de prédio —, quer quando realiza uma tarefa adstrita à circulação do capital — um corretor de bolsa —, quer ainda quando se encontra inserido num processo de trabalho produtor de mercadorias — um metalúrgico de uma unidade de produção metalúrgica. Perante uma tão grande diversidade de situações concretas dos agentes sociais no processo de produção em geral, sobressai a heterogeneidade dos grupos recobertos pela noção marcadamente empírica de «salariato». Do mesmo passo se conclui que algo se oculta ao praticar-se uma dicotomização do tipo assalariados/não assalariados.

Na verdade, numa formação social cujo modo de produção dominante é o capitalista, os dois grupos fundamentais de agentes sociais, e em relação aos quais o movimento de polarização se define primordialmente, são, por um lado, o constituído pelos proprietários dos meios de produção — a burguesia — e, por outro, o que congrega os não proprietários daqueles meios e que simultaneamente se situem na produção como trabalhadores produtivos — o operariado. Permite-nos tal referir duas situações de classe opostas, que são outros tantos eixos maiores da transformação produzida na malha das relações sociais no curso de uma dada temporalidade histórica como aquela a que nos temos vindo a reportar.

Não se deixa de sublinhar, entretanto, que nunca um determinado modo de produção é exclusivo numa formação social concreta. Esta, num certo momento histórico, compõe-se de vários modos (e formas) que coexistem de maneira articulada, manifestando-se um deles como dominante. A dominância do modo de produção capitalista produz efeitos complexos de dissolução-conservação sobre os outros modos e formas de produção, nomeadamente os de feição pré-capitalista. A particular articulação destes modos e formas sob a dominância do capitalista reflecte-se na estrutura das relações ou práticas sociais no alinhamento dos seus agentes por classes, camadas e estratos sociais, fundamentais e secundários.

Já referimos dois grupos homogêneos de agentes ou duas classes sociais: a classe burguesa e a classe operária. Cabe agora apontar ainda a existência de outros grupos, designadamente o composto pela pequena burguesia tradicional (artesãos, pequenos comerciantes), produto da forma de produção mercantil simples, o constituído pela pequena burguesia «moderna» (os assalariados

não produtivos), definida nos quadros de um capitalismo que ultrapassa a forma concorrencial primária, e ainda os que, principalmente nos meios rurais, são o reflexo de «vestígios» transformados da produção feudal (é o caso dos parceiros agrícolas).

Interessa sobremaneira demarcar o fenómeno da polarização no plano da constituição dos dois grupos fundamentais de agentes, por tal facto ser índice seguro da consolidação do modo de produção dominante. Se em cima ensaiámos mostrar a medida de assalarição dos agentes sociais activos com profissão com base na dicotomização assalariados/não assalariados, referimos agora um outro tipo de dicotomização que dá conta da materialidade estrutural em que se estriba a organização e evolução das relações sociais, nos seus específicos eixos mais característicos.

Considerando apenas os dois grupos de maior significado, isto é, aqueles cujas situações de classe remetem para as classes sociais fundamentais — por um lado, os proprietários/detentores dos meios de produção com pessoal assalariado ao seu serviço (os patrões)<sup>9</sup> e, por outro, os trabalhadores directos produtores de mercadorias<sup>10</sup> —, extraem-se do quadro n.º 6 duas conclusões basilares que convém sublinhar. Por um lado, a progressiva concen-

**Evolução dos efectivos de patrões e de trabalhadores produtivos, em números absolutos e em números-índice, nos anos de 1930 a 1970**

QUADRO N.º 6

Anos	Patrões		Trabalhadores produtivos	
	Número (em milhares)	Número-índice	Número (em milhares)	Número-índice
1930	644,3 (a)	—	494,0	100
1940	336,6	100	624,7	126
1950	214,6	64	767,8	155
1960	193,2	57	913,6	185
1970	76,7	23	1019,3	206

(a) Vd. nota do quadro n.º 2.

Fontes: recenseamentos e A. Teixeira de Sousa e Eduardo de FREITAS, art. cit.

<sup>9</sup> Evidentemente que o grupo dos independentes ou isolados não é tão significativo do nosso ponto de vista. Possui este grupo a especificidade de cada um dos seus elementos reunir as características de ser proprietário dos meios de produção e simultaneamente trabalho directo. Se é certo que nem por isso deixa de participar na reprodução das condições materiais da produção capitalista, também é bem patente a singularidade da sua situação no processo de produção no respeitante à não recolha directa de mais-valia. Se não assalaria força de trabalho (não tem «pessoal ao seu serviço»), então, quando muito, a mais-valia que recolhe é a do exercício da sua própria força de trabalho...

<sup>10</sup> Uma nota se impõe relativa à destrição praticada entre trabalhadores produtivos e assalariados não produtivos. Considerar que não há diferença quanto à natureza dos lugares ocupados no processo de produção por estes dois grupos, baseando tal asserção no facto de ambos os grupos «trocarem»

tração da propriedade dos meios de produção. Com efeito, dos efectivos de patrões encontrados para 1940 tem-se, volvidos três decénios, um cômputo cujo número-índice reportado àquele ano (base 100) se cifra em 23. Relativamente aos contingentes de trabalhadores produtivos, os seus volumes têm aumentado iniludivelmente: em quatro décadas multiplicam-se por 2,1 (ver quadro n.º 6). Aumento absoluto este que segue a par de um cada vez maior peso no total dos activos com profissão (15,1 % em 1930; 32,2 %, quatro décadas após) e ainda no total da população assalariada (31,5 % em 1930; em 1970, 43,1 %) (ver quadro n.º 7).

**Evolução das proporções de trabalhadores produtivos/activos com profissão e trabalhadores produtivos/activos assalariados nos anos de 1930 a 1970**

QUADRO N.º 7

Anos	Trabalhadores produtivos/ activos com profissão (percentagem)	Trabalhadores produtivos/ activos assalariados (percentagem)
1930	15,1	31,5
1940	21,4	39,9 (a)
1950	24,2	33,5
1960	27,6	37,2
1970	32,2	43,1

(a) Como já acentuámos (ver nota 4), o censo de 1940 menciona adentro da população activa com profissão uma situação na profissão chamada «ignorada». Os efectivos desta situação não foram contabilizados na delimitação do conjunto da população assalariada (ver quadro n.º 1). Todavia, na estimativa dos contingentes de trabalhadores produtivos, efectuada fundamentalmente com suporte no critério das profissões, uma parcela destes activos de situação «ignorada» está, supomos, contada. Assim, talvez devamos acrescer ao total dos assalariados esse pouco mais de meio milhão de indivíduos, a fim de estimarmos mais razoavelmente a proporção trabalhadores produtivos/activos assalariados. Nesse caso obtém-se um coeficiente percentual de 29,9, que se mostra comparativamente menos aberrante que o coeficiente indicado, de 39,9.

Resta acrescentar um último ponto. Os efectivos totais de activos recobrem naturalmente aqueles que se encontram adstritos a muito pequenas empresas de recorte ainda sobejamente pré-capitalista; é o caso daquelas cuja particular organização da produção se prende à forma artesanal ou à forma manufactureira de produção. Com efeito, nestas muito pequenas unidades de produção é bem patente que o tipo de relações de produção que moldam

a sua força de trabalho por um salário e se encontrarem desprovidos dos meios de produção, é escotomizar o atributo fundamental do primeiro dos grupos de apenas ser ele a produzir mais-valia. É certo que o exercício da força de trabalho do grupo dos assalariados não produtivos não é de modo nenhum limitado pelo valor da mesma força (valor este que, como para todos os trabalhadores, equivale ao tempo médio de trabalho necessário para a reprodução dessa mesma força), mas o que há, neste caso dos assalariados não produtivos, é produção de sobretrabalho, e não de mais-valia.

Ver, no referente ao conceito de trabalhador produtivo e à sua operacionalização, A. Teixeira de SOUSA e Eduardo de FREITAS, «Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal», in *Análise Social*, n.º 38, e, sobretudo, Nicos FOULANTZAS, «Les Classes Sociales», in *L'Homme et la Société*, n.ºs 24-25, Abril-Setembro, 1972.

estes universos possuem feições *sui generis*. Realmente, nestes casos, nem o proprietário/detentor dos meios de produção se distancia materialmente do exercício de funções produtivas, pois que muitas vezes é também trabalhador directo (embora nem por isso deixe de ser predominantemente patrão), nem, por outro lado, os trabalhadores propriamente ditos tendem tão acentuadamente como nas unidades de produção «modernas» a dessolidarizar-se da gestão económica e até política dessas muito pequenas empresas. Quer-se assim assinalar que, nesta área de produção, se as situações de classe estão tendencialmente bem definidas, outro tanto se não pode dizer das posições de classe dos grupos de agentes sociais em questão. Assim sendo, é óbvia a necessidade de sujeitar os critérios delimitadores dos dois grupos principais de agentes sociais a certas coordenadas rectificadoras, na mira de precisar a importância dos seus pesos relativos.

A este título seguem-se alguns elementos extraídos dos Inquéritos Industriais que, de algum modo, embora grosseiramente, balizam o problema. Os Inquéritos dão-nos uma certa imagem do modo como a população activa (industrial) se distribui por tipos de estabelecimentos definidos pela sua particular dimensão<sup>11</sup>. Assim, anota-se que uma parcela que não atinge os 10 % dos efectivos totais se encontra inserida em estabelecimentos cuja dimensão é muito restrita (1-2 pessoas) e que uma outra parcela bem mais significativa, que ronda o terço da totalidade de activos, se localiza em estabelecimentos cuja dimensão se intervala entre 1 e 20 pessoas (ver quadro n.º 8). Faz-se notar que na rubrica

**Distribuição do pessoal ao serviço dos estabelecimentos industriais por classes de dimensão nos anos de 1957-59 e de 1964**

QUADRO N.º 8

Dimensão de estabelecimentos (pessoas ao serviço)	Pessoal ao serviço			
	1957-59		1964	
	Número (em milhares)	Percentagem	Número (em milhares)	Percentagem
1- 2 ... ..	54,8	7,9	55,0	6,8
3- 20 ... ..	179,0	25,7	210,5	25,8
21- 100 ... ..	157,1	22,6	169,5	20,8
101-1000 ... ..	247,1	35,5	306,5	37,6
Mais de 1000 ... ..	57,9	8,3	73,6	9,0
Total ... ..	695,9	100,0	815,1	100,0

Fontes: Inquéritos Industriais de 1957-59 e de 1964, I. N. E.

<sup>11</sup> Os elementos estatísticos que os Inquéritos revelam podem também sugerir uma certa imagem da estratificação da burguesia industrial por camadas: pequena, média e grande. Com exclusão das unidades de produção de feição pré-capitalista, poder-se-iam definir «classes de dimensão» de estabelecimentos industriais que circunscreveriam as três camadas apontadas da burguesia industrial.

Ver, a este respeito, «O operariado e a concentração industrial na zona de Lisboa», in *Económica Lusitânica*, separata, Abril de 1974, pp. 24-29.

«pessoal ao serviço» se aglutinam assalariados não produtivos e trabalhadores directos. Uma tentativa para demarcar o conjunto destes últimos passa por apenas considerar do registo estatístico dos Inquéritos o «pessoal operário». Temos então que, relativamente ao Inquérito de 1964, o cômputo dos «operários» afectos a estabelecimentos com mais de 20 pessoas orça pelos 498,2 milhares de indivíduos, ou seja 90,6 % dos efectivos totais de «pessoal ao serviço» dos mesmos estabelecimentos.

4. Delineadas a traços largos as principais linhas de força do movimento de polarização dos grupos de agentes sociais no plano de conjunto da formação social portuguesa, vamos, muito brevemente, focar a *nível regional (distrital)* o mesmo fenómeno social.

O desenvolvimento da polarização nos três distritos industrializados (Porto, Lisboa e Setúbal) é patente. De uma situação «inicial» (1930) em que cada um destes distritos apresenta uma percentagem de assalariados no total dos activos com profissão pouco superior a 50 %, volvidas quatro décadas passa-se a uma outra situação em que um pouco mais de quatro quintos dos activos são assalariados. Os casos de Viana do Castelo, Bragança e Guarda, por outro lado, deixam entrever uma menos marcante alteração nas respectivas malhas de relações sociais, o que pode remeter para uma maior imobilidade no plano das estruturas produtivas. O caso de Beja destaca-se, pois, aparentemente, o «salto» registado é grande. Supomos, todavia, que a percentagem estimada para 1930 é demasiadamente baixa, obtendo-se para o ano de 1940 já uma percentagem de 61,5. Numa região onde predomina o latifúndio é de admitir um grande peso relativo de assalariados no total dos activos (ver quadro n.º 9).

A título de apontamento, deixam-se ainda alguns elementos que aludem à polarização regional, agora no quadro de uma dicotomização estrutural, já ensaiada no plano de conjunto da sociedade (ver pp. 500 a 505). Optámos pelo indicador «trabalhadores produtivos/activos assalariados», que exhibe uma relativa pertinência.

Lisboa e Porto viram, no período que temos vindo a abordar, aumentar os assalariados no total da população activa (ver quadro n.º 9). Que tal corresponde a uma relativa mudança das estruturas produtivas, parece indubitável. Todavia, a análise comparativa desses números com os indicados no quadro n.º 10 permite cingir mais de perto o tipo de mudança registado. Avança-se que o acréscimo de assalariados verificado corresponde, sobretudo no caso de Lisboa, a um relativo inchamento do sector dos «serviços» — 47,7 % e 36,8 % de trabalhadores produtivos no total dos assalariados, respectivamente em 1930 e 1970 —, constituição de um vasto grupo de agentes sociais trabalhadores não produtivos (pequena burguesia «moderna»). Setúbal viu aumentada a sua população de trabalhadores produtivos por via do incremento industrial que sofreu. Beja e Bragança devem ter mantido num nível muito baixo os seus equipamentos industriais, o que é referir a manutenção da dominância das suas estruturas agrícolas.

**Comparação da proporção dos efectivos de assalariados no total dos activos com profissão em 1930 e em 1970 para alguns distritos típicos**

**QUADRO N.º 9**

Distritos	Anos	Assalariados/activos com profissão (percentagem)
Porto . . . . .	1930	53,3
	1970	82,3
Lisboa . . . . .	1930	56,1
	1970	86,5
Setúbal . . . . .	1930	52,7
	1970	87,3
Viana do Castelo . . . . .	1930	49,7
	1970	41,3
Beja . . . . .	1930	52,3
	1970	76,9
Bragança . . . . .	1930	38,9
	1970	48,1
Guarda . . . . .	1930	39,7
	1970	55,6

**Comparação da proporção dos efectivos de trabalhadores produtivos no total da população assalariada para alguns distritos típicos em 1930 e 1970**

**QUADRO N.º 10**

Distritos	Anos	Trabalhadores produtivos/activos assalariados (percentagem)
Porto . . . . .	1930	52,2
	1970	58,7
Lisboa . . . . .	1930	47,7
	1970	36,8
Setúbal . . . . .	1930	34,9
	1970	49,9
Beja . . . . .	1930	24,6
	1970	17,1
Bragança . . . . .	1930	11,3
	1970	18,7

5. Para finalizar, e à guisa de conclusão, temos assim: a formação social portuguesa nos quatro decénios ventilados sofreu transformações iniludíveis na malha de relações sociais, em particular no referente às situações de classe dos agentes sociais. Essas transformações apenas são explicáveis no quadro do enraizamento

e consolidação do modo de produção dominante<sup>12</sup>, levados em conta ainda os reflexos que a progressiva dominação do capitalismo fez incidir nos modos e formas de produção pré-capitalistas. No campo das relações sociais assiste-se à consolidação de dois grupos de agentes sociais, ou classes sociais — a burguesia e o operariado —, de sinal oposto no respeitante à sua específica situação de classe. E é esta uma dimensão fundamental da «mudança» registada na malha das relações sociais e que traduz uma progressiva e acentuada polarização real. Verifica-se ainda o empolamento de um outro grupo de agentes sociais, fracção da pequena burguesia, vulgo isolados ou independentes, cuja inserção crescente no processo de produção poderá talvez radicar na provisoriedade da conjuntura, mediatizada pelo particular percurso da consolidação do modo de produção dominante.

---

<sup>12</sup> Uma análise circunscrita ao período compreendido entre os anos de 1950 e 1970, abrangendo, portanto, a conjuntura excepcional nascida da segunda guerra mundial, os efeitos mais salientes da aplicação da Lei de Fomento e Reorganização Industrial (Lei n.º 2005, de 1945) e ainda, na década de 1960, os efeitos de uma política económica reformulada proveniente da alteração do contexto socioeconómico (o grande fluxo emigratório, a guerra nas colónias africanas e a integração na E. F. T. A.), permitiria dar conta mais explicitamente dos reflexos marcantes daquela particular conjuntura, no que a mesma traduz e revela de mais forte consolidação do sistema capitalista, no domínio das relações sociais.